

Seminário FESPSP “Incertezas do Trabalho”

02 a 05 de outubro de 2017

GT 2: Crise das Democracias Contemporâneas: Partidos, Eleições e Cidadania

As bases da nova direita: estudo de caso do Movimento Brasil Livre na cidade de São Paulo¹

Ederson Duda da Silva²

Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo - FESPSP

Resumo: A presente pesquisa tem como intuito compreender a formação de uma nova direita no Brasil, buscando apresentar o cenário no qual surgiu e se fortaleceu, assim como os processos e as mudanças estruturais que a impulsionaram. Nossa hipótese é a de que as mudanças estruturais promovidas pelo lulismo, favorecendo a base da sociedade, levaram a classe média tradicional a se afastar dos governos petistas, passando a formar as bases da nova direita, transformando-se em classe de apoio ao Movimento Brasil Livre com o intuito de barrar o avanço do Estado desenvolvimentista e reverter suas políticas sociais.

Palavras-chave: MBL; Nova direita; Classe média; Impeachment; Dilma Rousseff

Introdução

A estrutura social brasileira passou por transformações socioeconômicas significativas nas últimas décadas. Durante os anos 1990 a agenda neoliberal impôs sérias dificuldades aos trabalhadores e aos mais pobres, o Estado deixou de ser o condutor do desenvolvimento nacional e a economia e o setor industrial ficaram estagnados. O contexto de alto desemprego e o cenário de baixa expectativa de crescimento econômico possibilitou a vitória de Lula em 2002. O Pacto de classes entre trabalhadores e empresários visava à retomada do crescimento mediante o aumento do mercado interno e o fortalecimento da burguesia interna. Nos anos 2000 a economia voltou a crescer impulsionando a mobilidade social ascendente dos

1 A pesquisa foi realizada dentro do programa PIVIC/FESPSP 2016/2017. Orientação: Marta Bergamin.

2 Discente da graduação em Sociologia e Política da FESPSP. (Email: dudadasilvae@gmail.com).

estratos de baixa renda; o Plano Real possibilitou a estabilização da moeda e a distribuição da renda para estes estratos diminuiu a desigualdade social; o aumento do salário mínimo real, assim como do mercado de trabalho e o fortalecimento dos sindicatos permitiu maior poder de barganha para a classe trabalhadora. A descoberta do pré-sal colocaria o Brasil entre os *players* mundiais e sua exploração seria peça fundamental para a estratégia de desenvolvimento nacional.

No entanto, uma década depois do início das transformações sociais iniciadas no governo Lula, em 2003, o país se encontra dentro de um contexto de baixo crescimento econômico e retirada de direitos trabalhistas e sociais, em um cenário de menos avanços e mais retrocessos. A nítida polarização política que se iniciou em junho de 2013 ficou ainda mais evidente durante as eleições presidenciais de 2014, se radicalizando de vez com o afastamento de Dilma Rousseff, em 31 de agosto de 2016. Como explicar essa reversão de políticas sociais e a ofensiva conservadora que coloca em xeque os direitos dos trabalhadores e do próprio desenvolvimento nacional? Tal contexto nos revela a tarefa urgente de uma releitura e interpretação sobre os estudos de classes, já que hoje elas se encontraram desorganizadas.

O estudo das classes sociais não deve ser compreendido apenas como uma análise abstrata ou uma construção teórica, como querem os liberais. Para eles, o conceito de classes sociais nas sociedades modernas teria se tornado uma simples convenção linguística e classificatória, onde a divisão social e as classes não passariam de um dado, um pressuposto opaco do real. Essa visão de mundo busca a desaparecimento das classes sociais no capitalismo contemporâneo assegurando o fim da era das ideologias, pregando uma “sociedade sem classes”, uma sociedade harmônica e sem conflitos, onde todos os indivíduos ascenderiam socialmente por mérito próprio, já que as oportunidades de vida seriam iguais para todos. No entanto, classe social é inerente ao modelo capitalista de produção por ser um modelo que produz seus próprios antagonismos - e se estas desaparecessem, o capitalismo desapareceria juntamente.

Acreditamos que a validade heurística do conceito de classes sociais continua sendo atual, pois os mecanismos de exploração e dominação ainda estão presentes. Sem dúvida existem problemas metodológicos na análise das relações de classe no capitalismo e nas sociedades contemporâneas, que não devem ficar apenas no

campo da objetividade das relações. As questões políticas devem ser compreendidas também como uma dimensão essencial da dinâmica das representações de classe.

Procuraremos neste trabalho, portanto, investigar o surgimento de uma nova direita por meio da atuação do Movimento Brasil Livre, que ganhou cada vez mais espaço no debate político a partir de 2014, impondo uma agenda neoliberal e conservadora à sociedade brasileira. Compreender a formação da nova direita e a atuação do MBL é compreender a dinâmica da classe média tradicional durante os anos dos governos petistas. Acreditamos que as reações negativas de setores desta classe ao projeto lulista tem como intuito a reversão das políticas públicas e dos direitos sociais universalizados pelo Estado durante os governos do PT. Propomos, deste modo, analisar, sociologicamente, os fatores que levaram esta classe a sair às ruas e apoiar o impeachment de Dilma Rousseff.

A formação de uma nova direita por meio de um movimento social (MBL) que tem como base de apoio a classe média tradicional, portanto, é o foco deste trabalho. Buscaremos investigar as mudanças estruturais ocorridas nos governos Lula e Dilma e seu impacto na articulação dos mecanismos de reversão da classe média tradicional.

As jornadas de junho de 2013

É difícil pensar o processo de impeachment de Dilma Rousseff e o fenômeno da nova direita sem passarmos por junho de 2013. Como nos diz Vladimir Safatle (2013), uma sociedade quando passa por mobilizações populares como a jornada de junho de 2013 estará sempre marcada por ela. Naquela ocasião o levante popular com suas pautas progressistas ganhou às ruas em uma reação em cadeia, obtendo uma grande vitória contra o aumento da tarifa do transporte público. Se inicialmente os protestos poderiam ser caracterizados como um movimento da nova esquerda por meio de sua forma de organização horizontal e por consenso (SINGER, 2013), hoje, com o passar do tempo, pode-se dizer que quem melhor colheu seus frutos foi uma nova direita, que por meio dos apelos contra a corrupção e da eficiência do Estado³ conseguiu formar uma frente única burguesa⁴ (SINGER,

³ Eficiência no sentido neoliberal, com uma agenda de diminuição do papel do Estado no planejamento econômico e social em detrimento de uma maior importância do livre-mercado como marca de qualidade de gestão. Para Pierre Dardot e Christian Laval (2016) a lógica neoliberal acaba recorrendo à gestão empresarial para operar uma desativação sem precedentes do jogo

2015) composta por frações da burguesia e setores da classe média tradicional com interesses específicos, barrar o Estado desenvolvimentista e distributivista do período petista.

As manifestações de rua em junho de 2013 ocorreram em várias cidades brasileiras colocando o país no cenário mundial das multidões (NEGRI; HARDT; 2012) que passaram a ocupar as ruas e praças a partir de 2011⁵. No Brasil os protestos colocaram o país de cabeça para baixo, de certa maneira, suscitando mais perguntas do que respostas. Enquanto o mundo afora sentia o impacto da crise político-financeira de 2008 a sociedade brasileira passava por um período de estabilidade econômica, de maior inclusão social e avanços em escolaridade. Assim, ao contrário dos protestos do Occupy Wall Street e do 15M, onde as reivindicações giravam em torno do desemprego crescente e da perda de direitos sociais do Estado de bem-estar, no Brasil as manifestações giravam entorno da ampliação de direitos sociais e serviços públicos de qualidade. Aparentemente, com a melhora na qualidade de vida conquistada no período lulista a população brasileira passou a questionar sua participação cidadã (de forma consciente ou não), e os meios tradicionais não deram conta de agregar estas novas pautas que estavam emergindo⁶. As aspirações de ascensão social acabaram aumentando mais do que era possível o Estado prover naquele momento, gerando insatisfação individual e coletiva⁷. A desconfiança em relação às instituições políticas e o sistema

democrático apoiado pela gramática da eficiência, impondo às sociedades modernas a entrada no que chamam de “era pós-democrática”.

4 Analisando as coalizões de classe durante o período lulista (2003-2013) Singer (2015b) compreende que, no intuito de barrar o “ativismo estatal”, as diversas frações burguesas, da produtivista a rentistas, com o apoio das classes médias tradicionais, formaram uma frente única burguesa antidesenvolvimentista a partir de 2012, encontrando nas manifestações de junho de 2013 a oportunidade de colocar de barrar o avanço do “Estado desenvolvimentista” e os avanços do lulismo na sociedade.

5 As jornadas de junho fazem parte de um ciclo global de lutas e manifestações sociopolíticas que emergiram contra o capitalismo financeiro e a democracia representativa, cujos primeiros momentos foram às insurreições em Túnis e na Praça Tahrir, em dezembro de 2010 e janeiro de 2011, assim como nas ditas “primaveras árabes”, ao que se seguiram o chamado global do 15M (Espanha) e do Occupy Wall Street (EUA).

6 Singer (2015a) observa que em junho de 2013 45% dos manifestantes possuíam renda familiar de até 5 SM, o que poderia demonstrar a presença inicialmente forte da nova classe trabalhadora, que ascendeu socialmente, nos protestos pela redução da tarifa do transporte público. Formada por uma agenda materialista, este estrato social passaria a ser alvo de disputa pela esquerda, com mais Estado, e pela direita, por mais mercado. Entendemos que o governo e setores próximos do PT ao caracterizar as manifestações de junho de 2013 como manifestações apenas como da “classe média descontente”, não disputando a narrativa que estava nas ruas, acabaram ajudando na aproximação da nova classe trabalhadora ao universo da classe média tradicional, pois seus *habitus* é sempre alvo de desejo de jovens que ascendem por meio da elevação educacional e da renda, identificando-se mais onde querem chegar do que de onde vêm.

7 Os dados da pesquisa realizada por Marcelo Neri durante as manifestações de junho de 2013 demonstraram que os brasileiros continuam sendo os que têm maior expectativa de satisfação com a vida num prazo de cinco anos. Assim, o alto nível de expectativas individuais pode ter um lado positivo, mas também acaba criando dificuldades, gerando frustrações com maior rapidez. Ao melhorar de vida a “Nova Classe Média” passou a querer melhores serviços prestados pelo Estado, mas ao não encontrar estes serviços sua insatisfação passou a aumentar.

representativo⁸ aumentaram, tendo como consequência à criação de novos espaços de politização. A partir de 2011 observa-se uma série de movimentos de caráter progressista que passaram a se organizar de forma horizontal, de maneira apartidária e pelas redes sociais⁹

As manifestações de junho de 2013 estão imersas nesta confluência de novas vontades/necessidades e novas formas de organização político-social. Tais manifestações não se enquadram nos manuais clássicos de análise, pois o que se apresentou foi um novo tipo de movimento que não segue a estrutura dos movimentos sociais tradicionais, partidos ou sindicatos. As ruas naquele momento desestabilizaram as instituições tradicionais e mexeram profundamente com a sociedade brasileira.

O Movimento Passe Livre (MPL) foi o grande responsável e protagonista do levante popular contra o aumento da passagem do transporte público, iniciado na cidade de São Paulo e que se espalhariam rapidamente por todo o Brasil. Guiados por pautas progressistas e por uma militância de esquerda autonomista, o Passa Livre ficou marcado pelas deliberações por consenso, pela horizontalidade nas decisões, negando lideranças e hierarquia de gênero. Vindo da tradição do movimento autônomo e antiglobalização, o Passe Livre estava acostumado a protestar ocupando as ruas sem vínculos com partidos políticos. Esteve à frente dos acontecimentos de junho de 2013 do primeiro ato, no dia 06, até o protesto do dia 17 daquele mês. A redução da tarifa em São Paulo veio no dia 19, mas naquele momento o protesto tinha ganhando dimensões que ninguém imaginava, ficando fora do controle do Movimento, que nos atos dos dias 18, 19 e 20 viu a manifestação se transformar em revolta popular com uma polisssemia de pautas. Mantendo-se coerente com seus princípios o Passe Livre se recusou a impor o caminho das manifestações após a redução da tarifa, optando pelo recuo tático, se retirando da linha de frente das manifestações. Visões antagônicas ao do Passe Livre ganharam cada vez mais espaço e passaram a direcionar o sentido das manifestações em um

8 Segundo o Índice de Confiança Social (ICS), realizado em 2015 pelo IBOPE Inteligência, a confiança nas instituições sociais representativas apresentou relativa queda de credibilidade a partir de 2011, tendo uma pequena melhora em 2014, mas despencando de vez em 2015.

9 Dentre os mais marcantes podemos elencar: Churrasco da Gente Diferenciada (05/11), Marcha da Liberdade (05/11), Marcha das Vadias (06/11), Marcha Contra a Corrupção (09/11), Ocupa Sampa (10/11).

caminho que tenderiam cada vez mais para a direita com pautas do campo conservador¹⁰.

O raio em céu azul de junho de 2013 não se apresenta hoje como um avanço do campo progressista, como à época se aparentava. Novos atores surgiram colocando em questão demandas das mais variadas. A manifestação pela revogação da tarifa do transporte público transformou-se numa revolta plural, uma pluralidade de manifestações na manifestação. Naquele momento a polarização política na sociedade brasileira ganhou um novo capítulo em sua história, que ficaria evidente no dia 20 de junho na Av. Paulista, quando grupos de manifestantes vestidos de verde e amarelo, guiados pelo moralismo e legalidade, passaram a pautar a “luta contra a corrupção”, expulsando os manifestantes que se vestiam de vermelho (associando-os ao PT), assim como o próprio Passe Livre do ato.

Arnaldo Jabor¹¹, que havia criticado a manifestação do dia 12 de junho, classificando-as como um ato de “revoltosos da classe média”, mudaria de opinião no dia 17¹², reconhecendo as manifestações como legítimas dentro da democracia, passando a pautar a PEC 37¹³ como uma proposta concreta a ser defendidas nas ruas. Setores da classe média tradicional que já orbitavam na luta contra a corrupção¹⁴, mas que até então não tinham conseguido emplacar suas

10 No dia 20 de junho, conforme pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha durante a manifestação na Av. Paulista, 50% dos manifestantes disseram protestar contra a corrupção, 32% contra o aumento da passagem, 27% contra os políticos e 16% contra a PEC 37.

11 A cobertura enviesada da grande mídia pode ter contribuído para a virada discursiva que se observa nas manifestações depois do dia 13 de junho de 2013 – a conhecida “quinta-feira sangrenta” (JUDENSAIDER; LIMA; ORTELLADO; POMAR, 2013).

12 Disponível em: 12/06/2013 < <https://globoplay.globo.com/v/2631566/> & 17/06/2013 < <http://g1.globo.com/jornal-da-globo/videos/t/edicoes/v/arnaldo-jabor-fala-sobre-novos-protestos-e-ressalta-forca-da-juventude/2640269/>>. Acesso em 18/07/2017.

13 Proposta de Emenda Parlamentar que buscou acrescentar o § 10 ao Art. 144 da Constituição Federal para definir a competência para a investigação criminal pela polícia federal e civil dos Estados e do Distrito Federal. A PEC foi rejeitada pela Câmara dos Deputados e arquivada no dia 25 de junho de 2013 devido às manifestações contrárias em todo o Brasil. No dia 22 de junho uma manifestação contra a PEC 37 levou 30 mil paulistanos a protestar na Av. Paulista. Segundo matéria do Último Segundo, a maioria dos manifestantes associavam a PEC 37 a luta contra corrupção. Disponível em:< <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/sp/2013-06-23/pec-37-ganha-as-ruas-mas-poucos-sabem-o-que-e.html>>. & <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/446071-CAMARA-REJEITA-PEC-37-TEXTO-SERA-ARQUIVADO.html>>. Acesso em 26/07/2017.

14 Em 2007, na esteira do “Mensalão”, surge o primeiro protesto contra a corrupção dos governos do PT organizado por setores da classe média tradicional e da burguesia. O protesto foi convocado pelo Movimento Cívico pelo Direito dos Brasileiros, que ficou conhecido como Movimento Cansei, que teve como articuladores o atual prefeito de São Paulo, João Dória (PSDB), a FIESP e a OAB-SP. O protesto ficou caracterizado por ser “apartidário” e teve como palavras de ordem o “Fora Lula” e o “Fora PT”, passando a associar a luta contra a corrupção à luta contra o PT, codificando um discurso de linguagem que ganharia corpo e aderência a partir de 2013.

reivindicações nas ruas, encontram uma oportunidade de colocá-las em pauta e tomam a manifestação de assalto. O gigante tinha acordado e a multiplicidade de reivindicações observadas nos cartazes dava uma conotação diferente aos protestos. Uma nova direita se formava levando às ruas pautas como o fim da PEC 37, o fim do Programa Mais Médico¹⁵, contra a corrupção e pela eficiência do Estado, dentre outras.

Assim, a partir de junho de 2013 demandas de cunho liberal e conservadoras, como redução da maioria penal¹⁶ e a “cura gay”¹⁷, passaram a ficar mais frequentes no debate público. A imposição das pautas da direita tomou aos poucos a forma de radicalização, em que ideias diferentes das colocadas por esses manifestantes não eram aceitas. Enquanto à esquerda, que até então tinha o monopólio das ruas recuava e as pautas progressistas perdiam o protagonismo (MARTINS & CORDEIRO, 2014), a direita assumia cada vez mais seu papel na trama. O campo da direita passou a se organizar para além da política tradicional, ocupando cada vez mais espaço no debate cultural, político, econômico e social através das redes sociais da internet e das ruas. As ideias neoliberais e conservadoras se fortaleceram e a direita apresentou uma agenda que rompe com o progressismo da última década, apoiada numa ação valorativa que visa o anti-direitos trabalhistas e sociais, anti-mulheres e anti-minorias, expresso nos avanços sociais da década lulista.

A nova direita e o Movimento Brasil Livre

Durante a campanha eleitoral para a presidência da República em 2014 um grupo de jovens da cidade de São Paulo começou, através da internet e das redes

15 O Programa Mais Médicos prevê a contratação de profissionais estrangeiros para trabalhar nas periferias e no interior do país, assim como os estudantes de medicina teriam que atuar por dois anos no Sistema Único de Saúde (SUS). Em julho de 2013 a Federação Nacional dos Médicos (Fenam), e a categoria no geral, articularam uma série de protestos em mais de 12 Estados contra o programa federal. Os protestos ficaram marcados pela rejeição aos médicos cubanos. Disponível em: < <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2013/08/medicos-estrangeiros-sao-recebidos-com-protestos-com-medicos-do-ce.html>>. Acesso em: 26/07/2017.

16 Segundo o Instituto Datafolha, em pesquisa realizada em abril de 2013, 93% dos paulistanos eram a favor da redução da maioria penal de 18 para 16. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/04/1263937-93-dos-paulistanos-querem-reducao-da-maioridade-penal.shtml>>. Acesso em 20/08/2017.

17 O Projeto de Decreto Legislativo PDC 234/11 de autoria do Dep. Federal João Campos (PSDB-GO), conhecido como "cura gay", altera resoluções do Conselho Federal de Psicologia, que proíbe que profissionais participem de terapias para alterar a identidade sexual do paciente ou que tratem a homossexualidade como doença, foi aprovada em votação simbólica na Comissão de Direitos Humanos da Câmara no dia 18 de junho de 2013, e arquivada no dia 07 de julho de 2013. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2013/07/02/camara-aprova-requerimento-de-autor-da-cura-gay-e-retira-proposta-da-pauta.htm>>. Acesso em 26/07/2017.

sociais¹⁸, a articular e trabalhar em busca de impulsionar a campanha de Aécio Neves (PSDB), então candidato da oposição. O intuito do grupo era o fim do que denominavam “a era lulopetismo”. No entanto, mesmo com a intensa mobilização, a petista Dilma Rousseff foi reeleita com 51,6% dos votos contra 48,3% de Aécio Neves.

A vitória foi apertada, o que evidenciou a polarização política iniciada um ano antes. A direita passou então a organizar uma série de manifestações com a intenção de afastar a presidenta recém eleita. A primeira manifestação contra Dilma Rousseff ocorreu no dia 1 de novembro de 2014, uma semana após o término da eleição. O movimento de oposição ao governo petista foi crescendo, culminando em seu afastamento definitivo no dia 31 de agosto de 2016, colocando em debate a ascensão do conservadorismo e a formação de uma “nova direita” na sociedade brasileira.

A ascensão do conservadorismo e das ideias de direita nos últimos anos não é uma singularidade brasileira, mas sim um processo de certa forma global. Esta nova direita, no entanto, não deve ser vista como um fenômeno homogêneo, mas compreendida dentro da peculiaridade e do contexto histórico de cada país. Para Maria Teresa Gonzaga Alves (2000) o rótulo “nova direita¹⁹” é empregado genericamente na história para se referir a partidos políticos, políticas públicas, movimentos culturais, círculos de debates acadêmicos que emergem em diferentes momentos históricos.

No contexto atual do Brasil entendemos que a nova direita se apresenta menos como uma questão de novidade e mais pela sua capacidade de força política e de atuação diversificada. Em estudo recente os pesquisadores Adriano Codato, Bruno Bolognesi e Karolina Mattos Roeder (2015) demonstraram o surgimento, a penetração social e a força eleitoral dos novos partidos de direita na cena nacional²⁰. O estudo indica o surgimento de uma nova direita como corrente partidária e como

18 Ver Fábio Malini (2016) e aPública em: <https://apublica.org/2015/06/a-direita-abraca-a-rede/>>. Acesso em 08/09/2017.

19 O conceito de nova direita teria surgido no fim dos anos 1970 e começo dos anos 1980 com o intuito de definir as políticas neoliberais dos governos Margaret Thatcher (1979-1990), no Reino Unido, e Ronald Reagan (1981-1989) nos Estados Unidos. Sendo um fenômeno plural (BOBBIO, 1995) podemos encontrar uma variedade de estudos com definições diferentes sobre a nova direita, a saber: *Neoliberalismo à brasileira* (OLIVEIRA, 1995); *O Balanço do neoliberalismo* (ANDERSON, 1995); *As Bases da Nova Direita* (PIERUCCI, 1987); *A Direita que flutua* (PIERUCCI; LIMA, 1991).

20 Os autores elencam como partidos da “nova direita brasileira” o PSD (Partido Social Democrata), liderado por Gilberto Kassab, o PSC (Partido Social Cristão), o DEM (Democrata, antigo PFL), e o PP (Partido Progressista, antigo PPB), partidos que teriam surgidos nos anos 2000 dando fôlego para o campo da direita num contexto de hegemonia de centro-esquerda (2015, p. 122-4).

bancada parlamentar no Brasil - que depois de uma queda constante no número de representantes na Câmara dos Deputados desde 1998, voltou a crescer a partir de 2010, onde os partidos conservadores ganharam 36,3% das cadeiras e em 2014, conquistaram 43,5%. (CODATO, BOLOGNESI & ROEDER, 2015, p. 115). Apesar deste fato significativo, compreendemos que a característica principal da nova direita hoje não está na sua atuação partidária, mas sim na sua atuação enquanto movimento social que apresenta um programa político de caráter neoliberal e conservador de mudança para o país com poder de convocação de atos de rua. Assim, apesar de possuir ligação com partidos liberais e conservadores tradicionais, a nova direita surge como um fenômeno na sociedade brasileira por ter diversificado seu campo de atuação, deixando de atuar apenas no formato tradicional, ou seja, através de partidos políticos, passando a assimilar práticas de ação até então restritas ao campo da esquerda.

A nova direita como movimento social surge no vácuo deixado pela esquerda em junho de 2013. Com o recuo do Movimento Passe Livre e do campo da esquerda, assim com os limites do projeto petista, a direita viu uma grande oportunidade para impor suas demandas e visões de mundo de forma mais radicalizada e sistemática, ressignificando símbolos da esquerda e utilizando as redes sociais da internet e as ruas para colocar em ação seu projeto político pautado por demandas do Estado mínimo e do livre-mercado.

Compreendemos que estamos tratando de um tema recente, onde os acontecimentos ainda estão aflorados, o que traz algumas dificuldades de análise. A própria definição de movimento social de direita é algo que poderá trazer novas discussões. Porém, mesmo estudando algo ainda em processo, nos apoiaremos na definição de Ilse Scherer-Warren (2014) sobre o conceito de movimento social, onde descreve que

(...) os movimentos sociais organizados tem por característica a continuidade temporal, programa político definido ou em construção, confluindo em um projeto político ou utopia de mudança social, política e cultural. Usam periodicamente recursos das manifestações públicas para reivindicações e protestos específicos (SCHERER-WARREN, 2014, p. 15).

Entendemos que hoje existe uma nova direita que atua como movimento social dentro dos parâmetros apontados por Scherer-Warren e, por mais heterogêneo que seja o campo da direita, compreendemos que no contexto brasileiro a nova direita pode ser representada pela atuação do Movimento Brasil Livre (MBL).

O MBL nasce na conjuntura dos acontecimentos de junho de 2013, se organizando de forma mais dinâmica e estrutural a partir de 2014 através das redes sociais entorno da candidatura do tucano Aécio Neves. Em seguida passa a articular diversos protestos em várias regiões do Brasil pautando tanto o afastamento de Dilma Rousseff como o fim da era “lulopetismo”²¹. Conforme as características elencadas por Scherer-Warren, o MBL, para além da continuidade temporal, possui um projeto político de mudança social definido e construído em seu 1º Congresso²², realizado em dezembro de 2015, onde estipularam às diretrizes que deveriam seguir dali em diante. Ademais, utilizam os recursos das redes sociais da internet para convocar manifestações públicas e protestos de rua para a efetividade de suas demandas.

A origem do MBL está nas jornadas de junho de 2013. Surge como página no Facebook no dia 17, no protesto que mudaria os rumos do levante popular. Conforme Juliano Torres, diretor executivo do Estudantes Pela Liberdade²³ (EPL), o MBL²⁴ foi “uma marca criada pelo EPL para participar das manifestações de rua sem comprometer as organizações americanas que são impedidas de doar recursos para ativistas políticos pela legislação da receita americana (IRS)²⁵”. Analisando a página do Facebook do Movimento Brasil Livre observa-se que o primeiro ato convocado

21 Entre novembro e dezembro de 2014, 18 atos foram organizados em todo o Brasil pelo MBL, pautados principalmente pelo “Mais Brasil, Menos PT”. Disponível em: < https://www.facebook.com/pg/mblivre/events/?ref=page_internal>. Acesso em 26/07/2017.

22 O documento tirado no Congresso está organizado por meio de seis eixos normativos: i) educação, ii) saúde, iii) reforma política, iv) economia, v) justiça e transporte e vi) urbanismo. As propostas são guiadas por uma estrutura que visa o programa neoliberal na parte econômica, com diminuição do Estado e favorecimento ao livre mercado, privatizações das estatais, parcerias Público-Privado e Organização Social para áreas estratégicas para o desenvolvimento nacional. O congresso contou com a participação de Ministro do STF, jornalista e intelectuais da direita, Parlamentares e a juventude do DEM e PSDB.

23 O EPL foi fundado e organizado por Juliano Gomes, Fábio Ostermann e Anthony Ling com a missão de “[d]esenvolver estudantes ao seu potencial máximo de liderança” para que estes sejam “agentes de transformação da sociedade, sendo uma versão do think tank conservador estadunidense Students for Liberty, caracterizados como libertários e antipopulistas. Disponível em: <<http://apublica.org/2015/06/a-nova-roupa-da-direita/>> & <<http://www.epl.org.br/sobre/>> Acesso em 08/05/2017.

24 A idéia inicial era utilizar o MBL para colher assinaturas para um novo partido, que posteriormente Torres ajudou a fundar, o Partido “NOVO”. Hoje Torres se desligou do MBL.

25 Disponível em: <<http://apublica.org/2015/06/a-nova-roupa-da-direita/>>. Acesso em 08/09/2015.

estariam ausentes do jogo político-partidário (SINGER, 2013), ou seja, não foram contemplados diretamente pelas políticas do período petista. Essa nova direita encontrou na internet e nas redes sociais, como Facebook, YouTube, Twitter, etc. uma arena de articulação e organização de suas idéias. No entanto, “buscando sair da sua bolha” a nova direita descobriu nas mobilizações de rua uma oportunidade para colocar sua agenda em disputa, ampliando seu campo de atuação. Nas palavras de Kataguiri:

Chegou a hora da gente [nova direita] tirar o monopólio da esquerda da juventude. A gente tem que acabar com essa imagem de que quem defende o livre mercado é aquele tiozão de coturno que defende o regime militar. A oposição é a gente. A gente quer privatizar a Petrobras. A gente quer o Estado mínimo. Brasília não vai pautar o povo. É o povo que vai pautar Brasília²⁹.

Devemos compreender este movimento liberal-conservador como um processo que teria se iniciado e que vem crescendo desde o segundo mandato do governo Lula (2006). O surgimento do MBL faz parte de uma corrente contra-hegemônica em busca de criar uma nova narrativa contra as ideias de centro-esquerda reinantes no Brasil nos anos 2000. Está *batalha no campo das ideias* deve ser vista por meio da atuação dos think thanks³⁰ “ativistas” liberais e ultraliberais ligados ao Atlas Network, que surgem como forma de construir uma nova hegemonia política para se contrapor a esquerda brasileira³¹. Seus principais membros são da classe média tradicional, empresários, profissionais dos meios de comunicação, intelectuais, acadêmicos, universitários etc. Por vezes, as mesmas pessoas atuam em mais de um instituto. Um dos principais objetivos desses think thanks “ativistas” é fazer circular o ideário liberal e da eficiência do mercado nos meios de comunicação e formadores de opinião, assim como o de adentrar os espaços universitários como forma de aproximar os jovens com as ideias da direita, valorizando a disputa hegemônica na sociedade dentro dos limites da democracia (ROCHA, 2015).

29 Disponível em:< <http://apublica.org/2015/06/a-nova-roupa-da-direita/>>. Acesso em 08/05/2017

30 Segundo Rocha (2015, p.262) os think thanks podem ser definidos de modo genérico como instituições permanentes de pesquisa e análise de políticas públicas que atuam a partir da sociedade civil, procurando informa e influenciar tanto o governo como a opinião pública.

31 Neste período observa-se a fundação do Instituto Millenium (2007), do Instituto Ordem Livre (2007), do Instituto Mises Brasil (2007), do Estudantes Pela Liberdade (2012) dentre outros, que se associam aos thik thanks já existentes.

É principalmente através das redes sociais da internet que o MBL tem buscado disputar a opinião pública, formando uma nova hegemonia política baseada no antipetismo. O advento da internet e sua popularização têm incentivado a participação e a articulação de opiniões diversas. Sergio Amadeu da Silveira observa que a partir de 2013 a “internet se consolidou como espaço de disputa política e plataforma de mobilização” (2015, p. 223). As redes digitais possibilitaram que novas lideranças se articulassem e disputassem as visões de mundo na sociedade, e à esquerda têm sido menos eficiente do que a direita em articular e disputar o senso comum presente nas redes sociais³².

Manuel Castells (2013) compreende que na sociedade contemporânea a internet é o verdadeiro lugar de poder, onde as redes sociais digitais acabam sendo um pilar fundamental para as novas formas de organizações e movimentos sociais, pois apresentam uma dinâmica que se inicia em redes da internet, vai para as ruas, volta para as redes da internet, retorna às ruas e permanece vivo nas redes da internet. As redes sociais tiraram o véu que limitava a atuação da direita, que passaram a agir na internet sem vergonha de declararem e assumirem discursos neoliberais e conservadores. E foi na disputa eleitoral de 2014 que o ativismo do MBL, apoiado pelos *thik thanks*, aflorou nas redes sociais e na sociedade brasileira. Mesmo não declarando seu apoio ao candidato tucano Aécio Neves, o MBL atuou nas redes sociais buscando a desconstrução do PT por meio de *memes*³³ que dialogassem com o senso comum baseados em deslegitimar o pensamento de esquerda.

A nova direita, através do Movimento Brasil Livre, para além da disputa da hegemonia neoliberal, mobiliza suas ações entorno do pensamento e discurso conservador. As características discursivas da nova direita são as pautas ligadas ao punitivismo, rejeição às políticas públicas de mobilidade social, contra políticas de minorias, a favor da “escola sem partido” etc. Esses discursos orbitam e se encontram no antipetismo, que é o que dá coerência e identidade coletiva a este

32 Para Silveira (2015, p. 223) a direita cresceu compartilhando reportagens da Revista Veja, textos de Olavo de Carvalho, discursos de Jair Bolsonaro, notícias contra a corrupção do PT combinadas às críticas contundentes às políticas sociais do governo Lula, criando uma narrativa coesa entre vários estratos sociais presentes nas redes sociais. Ver também Malini (2016).

33 Conforme Silveira (2015) podemos dizer que foram organizados três tipos de *memes* nas redes sociais em oposição às idéias da esquerda: i) baseados na ideia de que a esquerda trouxe a corrupção como prática de governo; ii) na ideia de que as políticas públicas dos governos petistas são para pobres que não querem trabalhar; iii) os direitos humanos são para que os criminosos continuem impunes.

movimento (GALLEGO, ORTELLADO & MORETTO, 2017). Por mais que o MBL possa ser compreendido como um fenômeno das redes sociais, pela sua capacidade de articulação e comunicação, principalmente por meio do Facebook, onde interagem com milhões de pessoas de forma assimétrica, vertical e dialética (ou seja, eles influenciam o debate e a opinião pública, mas dependem de seus seguidores para se projetar. Com isso, por mais que tenham pautas e diretrizes definidas, o MBL acaba sendo muito “dependente” do feedback dos membros de sua página, sendo influenciado por esses e passando a pautar demandas que não eram suas originalmente. Isso pode ajudar a explicar como o MBL foi se aproximando mais do campo conservador em relação ao liberal - onde orbitava inicialmente -, pois, dependendo dos seus seguidores do Facebook para se projetar nacionalmente acaba sendo suscetível a pautas do senso comum – já que seus seguidores são diversificados -, que por vezes tendem a serem mais conservadoras³⁴), abarcando setores heterogêneos da sociedade, o que nos interessa compreender nesta pesquisa é a relação da classe média tradicional como classe de apoio do projeto do MBL, formando sua base de sustentação nos atos pró-impeachment e antipetistas.

Perfil da nova direita nas manifestações pró-impedimento na cidade de São Paulo

As diferentes pesquisas³⁵ realizadas durante as manifestações pró-impeachment de Dilma Rousseff durante 2015 e 2016 demonstraram que o perfil dos manifestantes que protagonizaram os atos é predominantemente o da classe média tradicional. Queremos dizer “classe média tradicional” a parcela de classe A e B, que são as classes médias caracterizadas pelos profissionais liberais ou funções não manuais, estabelecidas a mais de uma geração, medidas pelo seu potencial de consumo e educação, movidas pelos valores individuais, da família, da propriedade e da meritocracia, ou seja, na crença de que seu destino econômico está em suas mãos, sendo avessas as mudanças abruptas e reagindo de forma conservadora sempre que se sente ameaçada (SOUZA & LAMOUNIER, 2010; SOUZA, 2012).

34 Devo tais observações a Márcio Moretto Ribeiro, que vem trabalhando no “Monitor do debate político no meio digital” analisando os debates que ocorrem no Facebook. Para mais ver também Pablo Ortellado em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/pablo-ortellado/2017/10/1923624-polemica-no-mam-nao-e-sobre-arte-e-nao-e-sobre-pedofilia.shtml>>. Acesso em 04/10/2017.

35 Ortellado, Solano e Nader, 2015; Perseu Abramo, 2015; Datafolha, 2015 e 2016; Ortellado, Solano e Moretto, 2016.

Por mais que possamos dizer que o perfil predominante dos manifestantes nos protestos convocados pelo MBL seja das classes A/B, não devemos tratá-los como uma massa homogênea, pois sua estratificação é bem diversificada, cabendo estudos mais específicos³⁶. Ainda, os interesses desta classe por vezes se destoam dos programas priorizados pelos movimentos de direita. O que um conjunto de pesquisas realizadas durante as manifestações revelam é antes uma complexidade no posicionamento político desta classe, que concordam com políticas públicas de caráter universal como saúde e educação³⁷, mas rejeitam programas de reparação ligados a ideia de meritocracia, como é o caso das cotas raciais e do Bolsa Família³⁸ (GALLEGO, ORTELLADO & MORETTO, 2017). Assim, o que une os manifestantes aos líderes dos protestos seria menos “um projeto político de contornos claros” (TATAGIBA, TRINDADE & TEIXEIRA, 2015, p. 198), e mais o antipetismo e o antidesenvolvimentismo associados à narrativa da luta contra a corrupção, que teria como função homogeneizar os interesses diversos.

Traçamos o perfil dos manifestantes da nova direita nas ruas a partir dos atos convocados ou em que o MBL participou na cidade de São Paulo, tendo ainda ligação com impeachment de Dilma Rousseff no período entre 2014 a 2016. Optamos por este caminho por dois motivos: o primeiro está ligado à questão empírica, já que foram nos atos pró-impeachment que pesquisas foram realizadas em busca de identificar o perfil dos manifestantes nos atos de direita; segundo, porque foi nesses atos, especificamente, que o MBL conseguiu mobilizar suas bases a irem às ruas. O **Quadro 1** busca apresentar uma cronologia dos protestos convocados na cidade de São Paulo pautados, direta ou indiretamente, pelo impeachment de Dilma Rousseff e do qual o MBL esteve presente - tendo convocado ou não o ato. Foram um total de 10 protestos entre 2014 a 2016, sendo 3 em 2014, 4 em 2015 e outros 3 em 2016. Todos os protestos destacados no **Quadro 1** tiveram a Av. Paulista³⁹ como palco, estando o ponto de encontro variando entre o

36 Nos estudos sobre classe e situação de classe nos últimos anos predominou-se a compreensão tanto do movimento do topo quanto da base da pirâmide social, enquanto estudos sobre o comportamento da classe média tradicional foram deixados de lado.

37 97% dos manifestantes entrevistados segundo a pesquisa de Ortellado, Solano e Nader no ato do dia 12/04/2015.

38 Conforme a pesquisa realizada por Ortellado, Solano e Nader no ato do dia 12/04/2015, 70,90% dos manifestantes são contra as cotas raciais em universidades, pois “gerariam mais racismo”, e outros 60,40% são contra o Bolsa Família por entenderem que o programa só “financia preguiçoso”. Disponível em: <https://gpopai.usp.br/pesquisa/120415/> >. Acesso em 18/02/2017.

39 Cabe observar que apenas o primeiro ato, “Impeachment Já!”, no dia 01/11/2014, teve passeata saindo da Av. Paulista e terminando no parque Ibirapuera. Todos os outros começaram e terminaram na Av. Paulista.

Museu de Artes de São Paulo – MASP e o prédio da Federação da indústria do Estado de São Paulo - FIESP. Uma característica dos protestos pró-impeachment é que, tirando o “Festa do Impeachment”⁴⁰, todos os atos aconteceram nos finais de semana, especificamente aos domingos. Este pode ser uma dimensão – e não única e mais importante - para explicar a adesão crescente do público aos atos, que contaram com caravanas de outras regiões do Estado de São Paulo. O menor público contabilizado foi o do dia 01 de novembro de 2014. Já o maior público contabilizado aconteceu no dia 13 de março de 2015, no ato denominado como “Mega Manifestação: Impeachment já”, tornando-se o maior protesto político já registrado na história brasileira⁴¹, com mais 500 mil pessoas presente nas ruas.

Quadro 1 - Participação e protestos organizados pelo Movimento Brasil Livre na cidade de São Paulo entre 2014 a 2016

Ato	Data	Público⁴²
Impeachment já!	01/11/2014	2.500 mil
Mais Brasil, menos PT / Impeachment de Dilma	15/11/2014	10.000 mil
Mais Brasil, menos PT – São Paulo na rua	06/12/2014	—
Impeachment de Dilma	15/03/2015	1 milhão / 210 mil
Impeachment de Dilma	12/04/2015	275 mil / 100 mil
Impeachment de Dilma / Contra Corrupção	16/08/2015	135 mil
Impeachment: com o povo na rua, agora vai	13/12/2015	30 mil / 45 mil
Mega Manifestação: Impeachment já	13/03/2016	1,4 milhão / 500 mil
Juntos pelo Impeachment	17/04/2016	800 mil / 250 mil
Festa do Impeachment	30-31/08/2016	-

40 Este ato, no dia 31/08/2016, ocorreu numa quarta-feira, dia do afastamento definitivo de Dilma Rousseff em votação que ocorreu no Senado federal.

41 Segundo o Datafolha. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1749528-protesto-na-av-paulista-e-o-maior-ato-politico-ja-registrado-em-sao-paulo.shtml>>. Acesso em 03/09/2017.

42 Na contagem do público o primeiro número diz respeito aos dados da Polícia Militar e o segundo aos dados do Datafolha.

Fonte: Elaboração a partir de Tatagiba, Trindade & Teixeira, 2015, p. 199; Folha de S. Paulo; G1.

Os protestos pró-impeachment desde o seu início foram marcados por uma forte presença do público de perfil branco, elitizado, com alta renda e escolaridade, tendo idade média de 40 anos e em sua maioria homens. Estruturamos o perfil dos manifestantes presentes nos atos pró-impeachment selecionando três protestos que tiveram participação acima de 100 mil pessoas e que aconteceram dentro de um intervalo médio de tempo entre um e outro, a saber: o ato do dia 15 de março de 2015; 16 de agosto de 2015; 13 de março de 2016⁴³. Em relação ao protesto do dia 13 de março de 2015 o critério que utilizamos para sua escolha foi o fato deste ter sido o primeiro ato que conseguiu levar mais de 100 mil pessoas na Av. Paulista; a escolha do ato do dia 13 de março de 2016 se dá pelo fato de ter sido o pico de participação nos protestos da nova direita; já o dia 16 de agosto de 2015 foi escolhido pelo fato de ser um ato intermediário entre o primeiro e o terceiro selecionado, podendo, assim, verificar se ocorreram mudanças consideráveis no perfil dos manifestantes neste intervalo de tempo.

No **Gráfico 1** estabelecemos o perfil segundo a renda, que conforme observado, a população com até 5 salários mínimos não chega a 20%, atingindo 17% no ato de março de 2016 (protesto que contou com forte divulgação da mídia tradicional e que estava no auge da discussão do processo do impeachment de Dilma Rousseff). A população que ganha acima de 20 salários mínimos teve sua melhor participação no primeiro ato, março de 2015, com 19%, caindo nos subsequentes para 16% e 13% - o que dá a entender que a burguesia foi se afastando das manifestações quando elas foram aprofundando a pauta do impeachment. Já o grosso dos manifestantes pode ser encontrado no perfil que vai de 5 a 20 salários mínimos, que sempre manteve participação acima dos 20%.

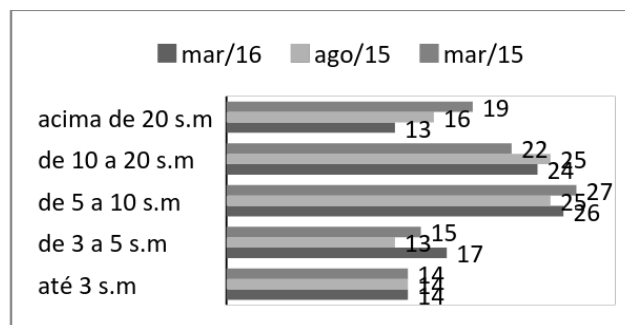
Os que possuíam escolaridade com ensino superior manteve-se em todos os protestos acima dos 75%; os manifestantes com ensino médio apresentaram queda de participação do primeiro ao terceiro ato, passando de 21% para 18%; os manifestantes com ensino fundamental estiveram quase ausentes, com média de 4% (**Gráfico 2**). Conforme o **Gráfico 3** nota-se que o grosso dos manifestantes se declararam brancos, tendência que subiu conforme os atos, passando de 69% em março de 2015 para 77% em março de 2016. O movimento oposto ocorreu com

43 Para a análise dos dados nos baseamos nas pesquisas realizadas pelo Datafolha, que cobriu todos os atos em questão. Os dados foram organizados em gráficos para uma melhor demonstração do da nova direita presente nos atos.

quem se declarou preto ou pardo. Quem se declarou preto chegou a 5% no primeiro ato, 3% no segundo e 4% no terceiro; já os pardos passaram de 20% no primeiro ato, 17% no segundo e 15% no terceiro⁴⁴.

Gráfico 1

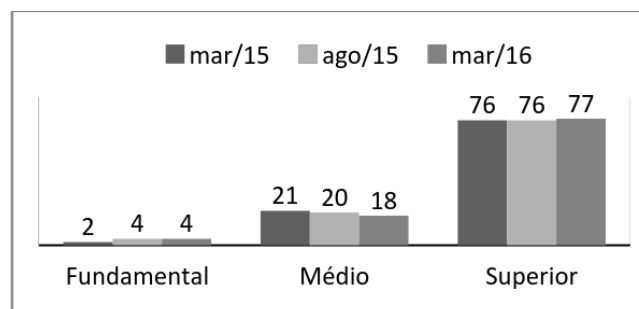
Perfil dos manifestantes segundo a renda



Fonte: Elaboração própria a partir de Instituto Datafolha. 2015 e 2016.

Gráfico 2

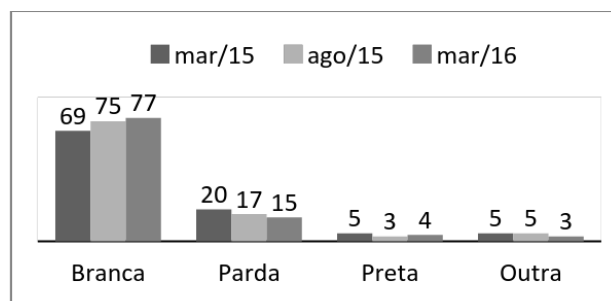
Perfil dos manifestantes segundo a escolaridade



Fonte: Elaboração própria a partir de Instituto Datafolha. 2015 e 2016.

Gráfico 3

Perfil dos manifestantes segundo raça



Fonte: Elaboração própria a partir de Instituto Datafolha. 2015 e 2016.

44 Em relação à variável "gênero", apenas para registro, cabe demonstrar que a presença de homens preponderou nos atos, variando de 63% em março de 2015 para 57% em março de 2016 - uma hipótese explicativa para a queda no número de pessoas pode ser encontrada no fato de que este perfil é o mesmo que possui alta renda, que como demonstrado, também obteve queda -, já as mulheres estiveram subrepresentadas nos atos, chegando ao seu pico em março de 2016 com 43% dos manifestantes.

As bases da nova direita

Procuramos demonstrar até o presente momento a existência da relação entre: 1) as jornadas de junho de 2013 com o avanço conservador e a formação de uma nova direita no Brasil; 2) a atuação do MBL através das redes sociais e dos protestos de rua; 3) o caráter de classe média tradicional do movimento, o que dá forma a sua base de apoio social.

Realizada toda essa discussão, cabe indagar: o que explica, sociologicamente, tanto a formação de uma nova direita quanto o êxito do MBL no processo de afastamento de Dilma Rousseff? Entendemos que a resposta a esta pergunta está em dois fatores estruturais que ocorreram na última década na sociedade brasileira: 1) a mudança na lógica do Estado, que passou a redistribuir a renda de forma significativa aos mais pobres; e 2) o fenômeno que André Singer (2014) denominou como realinhamento político.

Lula chegou à presidência da República em 2002 contando com o apoio de todos os estratos sociais, ou seja, dos mais pobres aos mais ricos. Na presidência o petista promoveu um forte ajuste fiscal entre 2003 e 2004, se aproximando da classe capitalista. Adquirido este apoio e contando com a mudança na conjuntura internacional, que passou a ser favorável para a economia do país com a entrada da China no comércio global e o *boom* das *commodities*, o governo Lula inicia uma estratégia de desenvolvimento que teria na distribuição da renda e aumento do salário mínimo o cerne de sua política econômica, caracterizada como social-desenvolvimentista (BASTOS, 2012). Com o cenário internacional propício para a exportação o governo optou por ativar o mercado interno e implementar políticas de distribuição da renda com o intuito de reduzir a pobreza sem confrontar o capital⁴⁵. Com as taxas de investimentos voltando a crescer o governo decide aumentar a participação das despesas sociais no PIB, que chegou a 22,8% em 2009 (BRESSER-PEREIRA, 2016). Inicia-se então uma série de políticas públicas que iriam transformar a estrutura social brasileira possibilitando a ascensão social de 61% das pessoas que se encontravam na condição de miseráveis em 2003⁴⁶

45 A estratégia política e econômica do primeiro governo Lula almejou a melhoria da posição da grande burguesia nacional no interior do bloco de poder ao mesmo tempo em que obtinha concessões, por meio de medidas anticíclicas e pró-consumo para as classes populares.

46 Entre 2003 a 2010 houve ainda uma valorização real de 52% do salário mínimo (BRESSER-PEREIRA, 2016), 22 milhões de empregos formais foram criados (POCHMANN, 2012), o crédito aos mais pobres chegou a 45% do PIB (SINGER, 2012), o

(QUADROS, 2014). Assim, o que caracteriza o governo Lula seria menos o desenvolvimentismo nos termos clássicos⁴⁷ e mais o desenvolvimento por meio da distribuição da renda.

O desenvolvimento social com reformas graduais possibilitou o surgimento do lulismo (SINGER, 2012), que seria o apoio da população de baixa renda aos programas do governo federal que permitiram a redução da pobreza e a mobilidade social. O fenômeno do lulismo só pode ser compreendido junto ao processo do realinhamento político, formado por um “duplo deslocamento de classe” que “estabeleceu a separação política entre ricos e pobres” (ibidem, 2012, p.15) e o início do fim da coalizão de classe que levaria Lula ao poder em 2002. De forma mais específica o realinhamento político marca a mudança do eleitor no pleito nacional, onde os mais pobres se aproximam ainda mais de Lula em 2006⁴⁸ e a classe média tradicional, que tinha votado no petista em 2002, se afasta do governo.

As bases da nova direita surgiriam neste duplo deslocamento de classe apontado por Singer (2012). Se os mais pobres, beneficiados pelas escolhas políticas dos governos petistas, passaram a dar sustentação ao lulismo, a classe média tradicional, que não seria beneficiada diretamente por tais políticas, tendo perdas econômicas e sociais relativas, formariam uma oposição antipetista, que cresceria no decorrer dos anos aflorando de vez nas jornadas de junho de 2013.

Ao promover mudanças estruturais significativas na estrutura social brasileira o lulismo acabou afetando a dinâmica das relações de classe. Neste período a renda dos 20% mais pobres cresceu de forma substantiva em relação aos 20% mais ricos⁴⁹. Com isso, entre a eleição de 2002 e a de 2006, cerca de 23,8 milhões de pessoas deixaram o estrato de Miseráveis, passando a compor a Massa Trabalhadora (QUADROS, 2015). A partir do segundo mandato de Lula (2006) as melhorias sociais expandem-se e os grupos intermediários chegaram, em 2009, a

Programa Bolsa Família passou a atender 12,8 milhões de famílias, a taxa de desemprego despencou para 6,7% e a desigualdade da renda do Índice de Gini passou de 0,603 em 1996 para 0,503 em 2010 (NERI, 2010).

47 Queremos dizer “desenvolvimentismo nos termos clássico” o processo de desenvolvimento por meio da industrialização. Segundo estudo do Ipea (2012) todo o período dos anos 2000 apresenta queda de participação no PIB do setor secundário, caracterizando ação contrário ao da industrialização, ou seja, desindustrialização.

48 Formou-se então uma nova hegemonia política que voltaria a se repetir em 2010 e 2014 com a eleição de Dilma Rousseff.

49 A renda apropriada pelos mais pobres passou de 1,84% em 2000 para 2,41% em 2010, obtendo aumento de 0,57%. Já a renda apropriada pelos 20% mais ricos teve decréscimo de 4,16%, passando de 67,56% em 200 para 63,40% em 2010, evidenciando, portanto uma maior distribuição da renda nacional para os mais pobres. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>.>. Acesso em 08/07/2017.

50,5% da população brasileira⁵⁰, concentrando 46,2% do poder de compra - enquanto o poder de compra da classe média tradicional caía para 44,1% (NERI, 2010). No entanto, as mudanças na estrutura social não ocorreram apenas em mobilidade ascendente. Houve neste período mobilidade descendente e início de estagnação entre a Média Classe Média e a Alta Classe Média, chegando a uma redução de mais de três milhões de pessoas da Alta Classe Média e principalmente da Média Classe Média em 2013 (QUADROS, 2015). Deste modo, a classe média tradicional teve que lidar com o fato de não mais conseguir se aproximar dos estratos de alta renda enquanto via os mais pobres se aproximarem e disputarem os mesmos espaços sociais e estilo de vida.

Na sociedade brasileira a construção da cidadania não ocorreu pela ética do trabalho e a constituição de uma classe média de larga escala (como nos países de capitalismo desenvolvido). Importaram-se os valores capitalistas de consumo dos países desenvolvidos, mas não os valores modernos da competitividade do mercado - modernizando suas formas de consumo restritivas em detrimento do desenvolvimento das forças produtivas, mantendo, assim, níveis de desigualdade extremados. Neste capitalismo que não aceita a lógica competitiva a dinâmica do mercado de consumo age diretamente nas relações entre as classes (FURTADO, 1976; MELLO & NOVAIS, 2012 apud GEFRI, DUDA DA SILVA & SCHEFFER, 2017). A estratificação social brasileira sempre se deu pela desigualdade dos níveis de consumo, privilegiando determinadas classes e criando classificações sociais distintas. Nesta disputa pelo acesso ao mercado de consumo o Estado tem papel fundamental, pois, na maior parte dos ciclos político-econômicos foi o responsável pela manutenção da estrutura desigual na distribuição da renda nacional, privilegiando determinadas classes em relação a outras. As classes dominantes que sempre se apropriaram do Estado e do capital excedente nacional nunca se preocuparam com a formação de um modelo econômico nacional destinado ao desenvolvimento da industrialização e da produtividade do trabalho. Seu papel sempre foi o de imitar os padrões de consumo e os estilos de vida operantes nos países do capitalismo central, criando distinções profundas entre as classes sociais brasileiras. No entanto, este cenário muda com o lulismo, onde o Estado brasileiro

⁵⁰ Observa-se também neste período a redução da Massa Trabalhadora, que passa a incorporar a camada da Baixa Classe Média, chegando à estimativa da mobilidade de 11,4 milhões de pessoas para esta classe e 3,6 milhões para a Média Classe Média (QUADROS, 2015).

passa a agir no sentido de fomentar políticas públicas para as camadas de baixa renda⁵¹. Se o papel do Estado⁵² até então foi o de promover o “desenvolvimento desigual”, nota-se nos anos 2000 uma maior distribuição a renda nacional para a base da pirâmide social. Houve neste período uma significativa mudança na estrutura social brasileira por meio de “pressões dentro da ordem⁵³” democrática.

Um dos fatores que diferencia a classe média tradicional no Brasil das classes médias européias é a quantidade de serviços de ascensorista que ela possui. A classe média tradicional brasileira tem o privilégio de poupar tempo de trabalho e se dedicar a outras atividades e formas de trabalhos mais intelectualizadas e menos braçais enquanto compra o corpo e a energia da massa trabalhadora para determinados serviços⁵⁴. Os privilégios da classe média tradicional devem ser vistos como um sintoma da formação às avessas de nossa sociedade, que resistiu a ordem da competitividade de classes, servindo ainda para o processo de acumulação capitalista das classes dominantes (OLIVEIRA, 2003). A classe média tradicional, para manter seu estilo de vida, paga juros altíssimos para acessar serviços privados e manter sua “distinção” em relação aos mais pobres.

Os serviços ascensoristas que possibilitavam as classes médias tradicionais pouparem tempo de trabalho e acumular capitais (econômico e cultural) se encarecem tanto pela falta de oferta de mão de obra (já que os filhos das classes populares passam a se dedicar mais aos estudos e buscam outras áreas para entrar no mercado de trabalho, como o telemarketing), quanto pelo fato de que os mais pobres que ascenderam de vida passam a competir por esses serviços, ocupando

51 Para além do Bolsa Família, do aumento do emprego formal e do salário mínimo já mencionados, podemos destacar o Sistema de Cotas, o Sisu, o Prouni e o Fies, que possibilitou a entrada no ensino superior para os mais pobres, passando a ocupar um espaço (universitário) até então restrito as classes superiores. Conforme o Censo de Educação Superior de 2015, o número de estudantes no ensino superior em 2013 chegou ao total de 2.931, obtendo um crescimento de 102,8% entre 2000 e 2013. Disponível em: < <http://convergenciacom.net/pdf/mapa-ensino-superior-brasil-2015.pdf>>. Acesso em 21/05/2017

52 Por meio das nossas elites e burguesia nacional.

53 As “pressões dentro da ordem” podem ser observadas tanto pelas políticas públicas de transferências de renda, aumento do salário mínimo acima da inflação, assim como o número de greves, que segundo o DIEESE, cresceu de forma contínuo a partir de 2007, atingindo 1.901 casos em 2013. Ainda, em 2012 o governo federal promulgou a PEC 66, conhecida como “PEC das Domésticas”, que estabelece a igualdade de direitos trabalhistas entre os empregados domésticos Com este cenário o poder de barganha do trabalhador em relação aos empregadores melhorou.

54 Em 2013 o Instituto Datafolha realizou uma pesquisa sobre os valores dos serviços na cidade de São Paulo. O resultado mostrou que os serviços se valorizaram para além da inflação. Nesse período, a inflação pelo índice IPC-Fipe foi de 31% e a variação dos preços de serviços pessoais ficou acima dos 50%. Elencamos alguns dos setores que acreditamos ter impacto direto na vida da classe média tradicional e que tiveram aumento acima da inflação, a saber: babá (102%), caseiro em São Paulo (89%), caseiro no interior/litoral (80%), faxineira/lavadeira/passadeira (66%), motorista particular (61%), auxiliar de enfermagem (54%), empregada doméstica (51%), diferentes tipos de pintura (cerca de 110%), colocação de revestimento em parede (80%) e colocação de piso (59%). Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/precos/2013/02/1242545-bvalores-dos-servicos-superam-inflacaob.shtml>>. Acesso em 13/05/2017.

aeroportos, shopping centers, escolas privadas, universidades⁵⁵ e outros âmbitos sociais, como o da saúde e estilo de vida. Para a classe média, no entanto, esta ascensão não estava ligada a meritocracia, mas sim as políticas sociais do lulismo, ao Estado desenvolvimentista e distributivista. Se as classes populares até então só idealizavam o estilo de vida dos mais ricos, durante os governos petistas esse desejo se torna material. O que há, portanto, é uma luta de classes invisível, mas que age na realidade concreta dos indivíduos.

O capital simbólico, baseado nas distinções reconhecidas e nos lucros diferenciais que certos espaços sociais proporcionam, compõe o fator de distinção determinante para a classe média tradicional brasileira. Para Bourdieu (2007), o que caracteriza os símbolos de distinção é o fato de se determinar duas vezes, uma pela sua posição no sistema de signos distintivos e outra pela relação de correspondência biunívoca que se estabelece entre esse sistema e o sistema de posições nas distribuições de bens. A classe média tradicional passa a ser questionada tanto em função de perdas econômicas relativas na objetividade de primeira ordem (plano econômico), quanto pelas perdas sociais relativas na objetividade de segunda ordem (plano subjetivo de distinção). Assim, devemos observar tanto os impactos estruturais quanto os políticos que agem nas dinâmicas das classes sociais.

As políticas sociais do lulismo colocam em questão a própria existência da classe média tradicional, levando as contradições de classe ao seu limite. O que está em jogo, entretanto, são menos as compulsões igualitárias e mais os interesses de manutenção dos privilégios de classe, que podem ser universalizados para toda a sociedade mediante atuação do Estado. Mesmo que o desenvolvimento social por meio do Estado possa beneficiá-la, o essencial, para ela, é a defesa e a promoção dos próprios interesses, a manutenção dos seus valores e estilo de vida, a sua sobrevivência e dominação enquanto classe. O Estado é uma peça fundamental para a manutenção desta dominação de classe. Quando o Estado, com Dilma Rousseff, aumenta seu “raio de ação, passando a fixar preços, regular e controlar a atividade privada, estatizar setores estratégicos” e o medo da “revolução socialista”

55 A educação e o acesso ao ensino superior é um valor fundamental de distinção da classe média tradicional e a partir do momento em que se ampliam as oportunidades de acesso a universidade por meio de cotas, segundo Jéssé Souza, “investiu-se contra uma das bases do poder de uma das alas que compõem o pacto antipopular, o acesso privilegiado, quase exclusivo, ao conhecimento formal considerado legítimo”. Disponível em: < <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/jesse-souza-201ca-classe-media-e-feita-de-imbecil-pela-elite201d>>. Acesso em 21/09/2017.

passa a ser uma realidade (SINGER, 2015, p. 70), setores da classe média começam a se articular mecanicamente, numa solidariedade especial de classe, buscando reverter o Estado desenvolvimentista representado pelo lulismo, e retomar seu padrão de dominação de classe⁵⁶.

Neste sentido a classe média tradicional, quando sente que seu controle sobre as dinâmicas de dominação estava ameaçado, passa a atuar como uma *máquina de reversibilidade*⁵⁷, no intuito de reverter o modelo de Estado desenvolvimentista e distributivista que possibilitou a ascensão dos estratos de baixa renda à lógica competitiva do mercado de consumo. Atua como *máquina* porque forma um conjunto de mecanismos combinados e interligados, mais ou menos conservadores e liberais, com funções específicas e com a finalidade de reverter os efeitos do lulismo. A unidade desta classe está no antipetismo e na manutenção da ordem dominante e no desenvolvimento típico brasileiro, baseado na desigualdade⁵⁸. O fortalecimento da nova direita está não em suas pautas neoliberais, mas sim no antagonismo antipetista (associado à corrupção) que construiu. Se os protestos pró-impeachment foram movidos principalmente pela luta contra a corrupção, tendo o antipetismo como fator de coesão, após o afastamento de Dilma Rousseff fica claro que o que houve não foi o fim da corrupção, mas sim a reversão de diversas políticas sociais do lulismo ao estado anterior ao petismo na presidência.

56 A partir de 2012 setores da mídia tradicional passaram a falar diariamente nos jornais e televisão de forma negativa sobre o cenário econômico brasileiro, construindo um contexto de crise, o que muitos iriam chamar de “terrorismo econômico”. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/economia/terrorismo-mediatico-3883.html>. Acesso em 20/09/2017.

57 O conceito de “máquina de reversibilidade” foi desenvolvido por Renato Sztutman para tratar das sociedades indígenas das terras baixas da América do Sul que operariam no sentido de impedir a constituição de centros de poder político, a formação do Estado único. Ver em: SZTUTMAN, R. O Profeta e o Principal: a ação política ameríndia e seus personagens. Utilizo o conceito em contexto diferente do utilizado por Sztutman, portanto, de forma livre, eximindo-o de qualquer responsabilidade interpretativa. Acredito que o conceito nos ajuda a compreender a atuação da classe média tradicional na sociedade brasileira, necessitando de maior consistência com o tempo e as críticas para validade heurística.

58 Para Celso Furtado (1974) o tipo de desenvolvimento que o país escolhe é sempre uma escolha política. De forma semelhante, Nelson Barbosa demonstra que a desigualdade é também uma escolha política de cada país. Em artigo na Folha de SP ele nos traz dados do estudo de Gabriel Palma, do qual haveria uma regularidade entre a distribuição pessoal de renda em 129 países, onde a classe média detém aproximadamente 52% da renda pessoal, independentemente do grau de desigualdade do país em questão. Assim onde “a desigualdade é alta, os ricos têm uma parcela elevada do total da renda, enquanto os pobres têm uma parcela reduzida. Onde a desigualdade é baixa, os ricos têm uma parcela menor, e os pobres, uma parcela maior do bolo. Nos dois casos, a classe média tem cerca de 52% da renda pessoal”. Portanto, em determinados cenários a classe média acabaria aceitando que os ricos sejam muito ricos desde que os pobres sejam muito pobres. Este seria o tipo de desenvolvimento escolhido pelas classes dominantes no Brasil. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/colunas/nelson-barbosa/2017/09/1922794-cada-pais-tem-a-desigualdade-que-escolhe.shtml?utm_source=facebook&utm_medium=social&utm_campaign=compfb%3E... Acesso em 01/10/2017.

Considerações finais

A investigação do período 2013-2016 revela um crescente quadro de polarização política na sociedade brasileira. O surgimento e o fortalecimento de uma nova direita mediante atuação do Movimento Brasil Livre colocaram em pauta a agenda neoliberal e conservadora, visando à diminuição de direitos sociais e trabalhistas, juntamente à redução do Estado desenvolvimentista.

Diferentes razões justificam o fato da classe média tradicional se tornar classe de apoio do MBL, dando sustentação aos protestos entorno do impeachment de Dilma Rousseff e da reversão das políticas sociais do período lulista. O que procuramos demonstrar no presente trabalho foi à relação entre as políticas sociais do período lulista e a reação negativa da classe média a estes programas, uma vez que passou por um processo de desclassificação social.

A classe média tradicional, que apoiou Lula em 2002, voltou-se contra o projeto dos governos petistas quando os impactos de suas políticas sociais passaram a afetar o seu estilo de vida. Os seus privilégios de classe, como ter acesso a serviços baratos explorando a classe trabalhadora, passam a ser questionados, enfrentando um forte dilema: ao mesmo tempo em que as políticas de desenvolvimento social poderiam beneficiá-la, por meio do fortalecimento do mercado interno, do setor produtivo e dos serviços públicos, o lulismo acabaria colocando em questão a validade da meritocracia e sua própria sobrevivência enquanto classe. O que passa a estar em jogo, portanto, não é a universalização dos direitos sociais, mas a sua própria “sobrevivência” enquanto classe social.

A inclusão dos mais pobres na competitividade do mercado de consumo e serviços levou ao extremo a convivência entre as classes sociais. O fortalecimento do Estado durante os governos petistas, que passou a distribuir a renda nacional para os mais pobres e a controlar e regular a economia, foi visto pela classe média tradicional como a implantação do regime comunista⁵⁹ e o fortalecimento do “bolivarianismo” no Brasil. Desencadeia-se, deste modo, um movimento de reversão do lulismo, onde os mecanismos na sociedade convergem e são ativados com intuito de promover a manutenção e auto-afirmação da classe média tradicional e de seus interesses de classe.

59 Em pesquisa realizada por Ortellado e Solano, em 12 de abril de 2015, durante uma manifestação pelo afastamento de Dilma Rousseff, 64% dos manifestantes concordaram com a frase: “O PT quer implantar um regime comunista no Brasil”.

As bases da nova direita, deste ponto de vista, utilizam-se da demagogia populista da luta contra a corrupção, garantindo a coesão social e o apoio de setores da classe trabalhadora, como forma de camuflar uma luta de classes existente, que diz respeito às contradições estruturais enfrentadas por ela durante o período lulista. Ao barrar o avanço do lulismo por meio da reversão de suas políticas sociais a nova direita visa à manutenção do Estado que promove o “desenvolvimento desigual” e da ordem competitiva restrita as classes dominantes, mantendo o seu padrão de dominação e acumulação capitalista.

Referências

ALVES, Maria Tereza G. Conteúdos ideológicos da nova direita no município de São Paulo: análise de surveys. In: **Opinião Pública**, vol. 6, nº 2, Campinas, outubro de 2000.

A NOVA ROUPA DA DEREITA. 2015. APública. São Paulo, 25.Junho. Disponível em: <https://apublica.org/2015/06/a-nova-roupa-da-direita/>>. Acesso em: 08/05/2017.

BASTOS, Pedro Paulo. A economia política do novo desenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo. **Revista Economia e Sociedade**, n. 21, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

BRESSER-PEREIRA, Luiz-Carlos. **A construção política do Brasil: sociedade, economia e Estado desde a Independência**. São Paulo: Editora 34, 2016.

CARDOSO, Adalberto. Dimensões da crise do sindicalismo brasileiro. **Caderno CRH**, Salvador, v. 28, n. 75, p. 493-510, Set./Dez. 2015.

CARDOSO DE MELLO, João Manuel e NOVAIS, Fernando. **Capitalismo tardio e sociabilidade moderna**. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CODATO, Adriano; BOLOGENSI, Bruno & ROEDER, Karoline M. A nova direita brasileira: uma análise da dinâmica partidária e eleitoral do campo conservador. In: CRUZ, S. V, KAYSEL, A, CODAS, G (ORG.) **Direita Volver: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro**. Ed. Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2015.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaios sobre neoliberalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FURTADO, Celso. **O Mito do desenvolvimento econômico**. Ed. Paz e Terra. São Paulo, 1974.

GALLEGO, Esther S; ORTELLADO, Pablo & MORETTO, Márcio. **"Guerras culturais" e "populismo anti-petista" nas ruas de 2017**. Friedrich-Ebert-Stiftung Brasil, São Paulo, julho de 2017.

GEFRI, Alexandre; DUDA DA SILVA, Ederson; SCHEFFER, Vanessa. Mobilidade social e disputa pelo mercado de consumo: uma análise da polarização política e social por meio da estratificação social recente. **Textos preliminares**, n. 4, São Paulo, 2017

GPOPAL. Pesquisa sobre os manifestantes pró e anti impeachment. 12/04/2015. Disponível em: < <https://gpopai.usp.br/pesquisa/>>. Acesso em 27/05/2016.

HARDT, M, NEGRI, A; **Multidão: Guerra e Democracia na Era do Império**; trad. Clóvis Marques; 2a ed. Editora Record, 2012.

JUDENSNAIDER, Elena; LIMA, Luciana; ORTELLADO, Pablo; POMAR, Marcelo. **Vinte centavos: a luta contra o aumento**. São Paulo: Editora Veneta, 2013.

MALINI, Fábio. **Não Vai ter Copa**: a apropriação conservadora no Twitter. *BLOG DO MALINI*, 01/05/2016. Disponível em: <http://fabiomalini.com/artigos/nao-vai-ter-copa-a-apropriacao-conservadora-no-twitter/> Acesso em 24/09/2017.

MARTINS, C; CORDEIRO, L. Revolta popular: o limite da tática. In: MORAES, A; GUTIÉRREZ, B; PARRA, H; ALBURQUEQUE, H; TIBLE, J; SCHAVELZON, S (ORG). **Junho: potência das ruas e das redes**. Ed. Friedrich Ebert Stiftung, São Paulo, 2014.

NERI, Marcelo. **A nova classe média**: o lado brilhante dos pobres. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

_____. O Futuro Social do Brasil: imaginado pelos brasileiros. *Revista Brasileira*. Fase 3, ano 2, nº 77, out-nov-dez de 2013.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco**. São Paulo, Boitempo, 2003.

POCHMANN, Márcio. **O mito da grande classe média**: capitalismo e estrutura social. São Paulo: Boitempo, 2014.

QUADROS, Waldir. 2009 a 2012: heterodoxia impulsiona melhorias sociais. **Texto para discussão**. IE/Unicamp, n. 249, jan. 2014.

_____. **Paralisia econômica, retrocesso social e eleições**. Texto para Discussão. IE/Unicamp, Campinas, n. 249, janeiro de 2015.

ROCHA, C. Direitas em rede: think thanks de direita na América Latina. In: CRUZ, S. V, KAYSEL, A, CODAS, G (ORG.) **Direita Volver**: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. Ed. Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2015.

SAFATLE, V. Política não se dará mais dentro dos partidos, mas nas ruas. **Folha de São Paulo**, 22/06/2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1299578-opinioao-politica-nao-se-dara-mais-dentro-dos-partidos-mas-nas-ruas.shtml>>. Acesso em 25/06/2016.

SCHERER-WARREN, I. Dos movimentos sociais às manifestações de rua: o ativismo brasileiro no século XXI. In: **Política e Sociedade**. Florianópolis, vol. 13, nº 28 – Set./Dez. de 2014.

SOUZA, Amaury e LAMOUNIER, Bolívar. **A Classe Média Brasileira**: Ambições, Valores e Projetos de Sociedade. Rio de Janeiro, Elsevier, 2010.

SOUZA, Jessé. **Os Batalhadores Brasileiros**. Nova Classe Média ou Nova Classe Trabalhadora? Belo Horizonte, UFMG Editora, 2ª Ed, 2012.

SILVEIRA, Sérgio A. Direitas nas redes sociais online. In: CRUZ, S. V, KAYSEL, A, CODAS, G (ORG.) **Direita Volver**: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. Ed. Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2015.

SINGER, A. **Os sentidos do lulismo**. São Paulo: Cia das Letras, 2012.

_____. Brasil, junho de 2013: Classes e ideologias cruzadas. In: **Novos Estudos CEBRAP** nº. 97, São Paulo, Nov. 2013.

_____. Quatro notas sobre as classes sociais nos dez anos do lulismo. *Revista Psicologia Social USP*. v. 26, nº 1, 2015a, p.7-14.

_____. Cutucando onças com varas curtas. In: **Novos Estudos Cebrap**, nº 102, São Paulo, jul. 2015b , p. 43-71.

SZTUTMAN, R. **O profeta e o principal**: a ação política ameríndia e seus personagens. Editora: Edusp, São Paulo, 2012.

TATAGIBA, Luciana; TRINDADE, Thiago & TEIXEIRA, Ana Claudia C. Protestos à direita no Brasil. In: CRUZ, S. V, KAYSEL, A, CODAS, G (ORG.) **Direita Volver**: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. Ed. Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2015.